

Conta Clientes - Por Prazo de Vencimento		
	31/dez 2017	31/dez 2016
<b>Em R\$/mil</b>		
Títulos a vencer	1.836	2.155
Vencidos de 1 a 30 dias	1	6
Vencidos de 31 a 60 dias	14	4
Vencidos de 61 a 90 dias	0	2
Vencidos a mais de 90 dias	130	85
	<b>1.981</b>	<b>2.252</b>

**NOTA 6 - ATIVO FINANCEIRO**

A Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

<b>ATIVO FINANCEIRO - SALDOS E VARIAÇÕES</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>	<b>Variação AF</b>
Ativo financeiro amortizável	193.670	200.035	(6.365)
(-) Amortização do ativo financeiro	(14.007)	(22.303)	8.296
(-) Efeitos negativos da revisão tarifária	(24.203)	-	(24.203)
	<b>1 55.460</b>	<b>1 77.732</b>	<b>(22.272)</b>
Ativo financeiro indenizável	151	135	16
	<b>151</b>	<b>135</b>	<b>16</b>

(j) A amortização do ativo financeiro iniciou-se em 2015.

Total do ativo financeiro (amortizável e indenizável)

	<b>1 55.611</b>	<b>1 77.867</b>	<b>(22.256)</b>
--	-----------------	-----------------	-----------------

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas no ITG 01 (ICPC-01 R1/IFRIC12), pois a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação, não será registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no Contrato. As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Marumbi em - 10,04 % para o ciclo 2017/2018.

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do Ativo Financeiro foi atualizado para o novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo financeiro.

A variação negativa expressiva no valor do ativo financeiro da Companhia deve-se a queda da RAP, ocorrida após processo de revisão tarifária da ANEEL, conforme explicado na NE 18.

**NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS**

A conta reserva denominada depósitos vinculados é a garantia exigida no contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, onde é mantido o mínimo de três parcelas do financiamento.

<b>CONTA GARANTIDA NA CEF</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
<b>Em R\$/mil</b>		
CONTA GARANTIDA - BNDES	2.531	2.342
	<b>2.531</b>	<b>2.342</b>

**NOTA 8 - FORNECEDORES**

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

<b>FORNECEDORES</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
<b>Em R\$/mil</b>		
Fornecedores de materiais	0	107
Fornecedores de serviços PJ	27	22
	<b>27</b>	<b>129</b>

**NOTA 9 - FINANCIAMENTOS**

<b>FINANCIAMENTO BNDES</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>	<b>Encargos</b>	<b>Qtde</b>
<b>Em R\$/mil</b>						
BNDES Sub-crédito A - TJLP	29.527	31.752	33.460	33.460	2,00% a.a. + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	14.344	16.609	21.577	19.520	6,0% a.a.	106
	<b>43.871</b>	<b>48.361</b>	<b>55.037</b>	<b>52.980</b>		
Curto Prazo	5.220	5.190				
Longo Prazo	38.651	43.171				
Taxa média ao mês	0,68%	0,68%				

O financiamento do BNDES de número decisão de diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, que originou o contrato de financiamento para abertura de crédito nº 14.2.0585.1, no valor de R\$ 55,03 milhões, divididos em 2 (dois) Sub-crédito nos seguintes valores e prazos:

I. Sub-crédito "A": R\$ 33,46 milhões em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Sub-crédito "B": R\$ 21,57 milhões, em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Sobre o principal da dívida relativo ao Sub-crédito "A", incidirão juros de 2% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e sobre o principal da dívida relativo ao Sub-crédito "B" incidirão juros de 6% ao ano (a título de remuneração).

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GET e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi. Nos termos do contrato de financiamento, mediante repasse de recursos do BNDES nº 14.2.0585.1, apresenta-se nesta NE o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, calculado de acordo com as premissas estabelecidas no anexo I ao Contrato de Financiamento, que tem como finalidade medir a capacidade de pagamento do serviço da dívida com relação ao EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

<b>Cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida BNDES</b>	<b>01.Jan.17 à 31.Dez.17</b>
<b>a) Geração de Caixa da Atividade</b>	<b>10.703</b>
(+) Disponibilidade (cx/eq.cx) final no período imediatamente anterior	-
(+) LAJIDA (EBITDA)	11.458
(-) Pagamento de Imposto de Renda	(498)
(-) Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(257)
<b>b) Serviço da Dívida</b>	<b>8.113</b>
(+) Amortização de Principal	4.490
(+) Pagamento de Juros	3.623
<b>c) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a ÷ b)</b>	<b>1,32</b>
<b>LAJIDA (EBTDA) compõe:</b>	<b>11.458</b>
(+/-) Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda	(12.728)
(+/-)Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	3.140
(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	-
(+) Depreciações e Amortizações	4
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversão de Perdas anteriores	24.203
(+/-) Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo	-
(-) Outras Receitas Operacionais	-
(+) PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01	-
(-) Margem de Construção (Receita de Construção - Custo de Construção)	213
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão	(17.719)
(-) Receita p/ a cobertura dos gastos c/ O&M nas atividades de transmissão	(3.269)
(+) Receita Anual Permitida do Exercício - RAP (menos deduções da RAP)	19.176
(+/-) Outros Ajustes IFRS	(1.562)
<b>CÁLCULO MARGEM EBITDA</b>	<b>11.458</b>
<b>EBITDA</b>	<b>11.458</b>
<b>ROL</b>	<b>19.498</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>0,59</b>

**NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
<b>Em R\$/mil</b>		
Tributos federais correntes	136	111
Tributos estaduais	-	1
Tributos municipais	1	1
Contribuições sociais	9	8
Tributos retidos na fonte a pagar	70	75
	<b>216</b>	<b>196</b>

**NOTA 11 - DIVIDENDOS A PAGAR**

Não houve destinação de dividendos a pagar em 2017, devido ao resultado negativo da Companhia no exercício.

Os dividendos propostos em 2016, R\$ 3.876, retornaram para a reserva de lucros a realizar, conforme decisão da - Assembleia Geral Ordinária - A.G.O. de 28 de abril de 2016.

**NOTA 12 - ENCARGOS SETORIAIS**

Considera-se encargos setoriais as obrigações oriundas da concessão.

<b>Em R\$/mil</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
FNDCT	17	18
MME	6	7
P&D	192	107
RGR	400	462
TFSE	71	71
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	1	-
	<b>687</b>	<b>665</b>

**NOTA 13 - FORNECEDORES PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O saldo de contrato a pagar para o fornecedor Toshiba, que encontra-se pendente de decisão sobre multa e claim, foi reclassificado para a conta fornecedores no passivo não circulante.

**NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS**

As receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Quando o lucro societário é superior ao lucro regulatório, é calculado o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida sobre a parcela do lucro societário que excede o lucro regulatório, sendo lançado no resultado como despesa e tendo a contrapartida no passivo não circulante como IR e CSLL diferido.

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Imposto de renda	3.116	4.136
Contribuição social	1.682	2.224
	<b>4.798</b>	<b>6.360</b>

**NOTA 15 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

<b>CREDORES DIVERSOS</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
Em R\$/mil	2017	2016
Provisões judiciais	2.514	3.411
	<b>2.514</b>	<b>3.411</b>

*Contingência - Risco possível adicional, conforme relatório do Jurídico: R\$ 3.158*

**NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO****16.1 Capital social**

O Capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 73.091, dividido em igual quantidade de ações ordinárias sem valor nominal.

Em 30/05/2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária - A.G.E. de mesma data, foi integralizado R\$ 4.400 provenientes de conta denominada Adiantamento para Futuros Aumento de Capital - AFAC.

**16.2 Reservas de lucros****16.2.1 Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da Lei Societária (6.404/76).

**16.2.2 Reserva de retenção de lucros**

Conforme proposta de destinação de reservas, os montantes das contas reservas de lucros a realizar e lucros a disposição da assembleia, foram reclassificados para a conta reserva de retenção de lucros.

**16.2.3 Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar é constituída para estabelecer o montante dos dividendos mínimos obrigatórios, que excede o lucro realizado financeiramente e que a Companhia optou por não distribuir.

**16.3 Destinação do lucro do período**

O quadro abaixo evidencia a Destinação do Lucro do Período de 2016.

Para 2017 não houve destinação de lucro em razão da empresa ter encerrado o exercício com prejuízo contábil em razão dos efeitos negativos da revisão tarifária, conforme descrito na NE 06, que trata do ativo financeiro.

	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
<b>Em R\$/mil</b>		
Lucro do período	(11.921)	20.235
Reserva legal	5%	5%
Constituição da reserva legal	-	1.012
	<b>(11.921)</b>	<b>19.224</b>
Dividendos propostos	-	(4.806)
Prejuízo líquido do exercício	(11.921)	14.418

**NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

As receitas da Companhia, por se tratar de concessionária de transmissão de energia, são auferidas pela remuneração do Ativo Financeiro.

Na fase pré-operacional a Companhia auferia receita de construção. Após a entrada em operação a Companhia passou a auferir receitas com juros, atualização monetária e O&M - Operação e manutenção.

<b>Em R\$/mil</b>	<b>31/dez 2017</b>	<b>31/dez 2016</b>
Receita de O&M	3.269	3.962
Receita com juros e atualiz. monetária	17.719	24.057
Receita de construção	-	10.959
<b>TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>20.988</b>	<b>38.977</b>
<b>DEDUÇÕES</b>		
(-) Encargos setoriais	(790)	(727)
(-) PIS e Cofins	(700)	(691)
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>(1.489)</b>	<b>(1.418)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>19.498</b>	<b>37.559</b>

**NOTA 18 - EFEITOS NEGATIVOS DA REVISÃO TARIFÁRIA**

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Marumbi em -10,04 % para o ciclo 2017/2018.

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do ativo financeiro foi atualizado para o novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo financeiro.

**NOTA 19 - SEGUROS**

O imobilizado de transmissão, pertence ao poder concedente, sendo aplicado à Companhia a contabilização através do ativo financeiro. Porém, é responsabilidade da Companhia a operação e manutenção do sistema de transmissão sob sua concessão, portanto, para mitigar riscos e prejuízos, a Companhia contratou seguros, conforme abaixo:

Seguros de riscos nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento **MARUMBI**, conforme tabela de coberturas do seguro:

<b>COBERTURAS</b>	<b>(R\$/MIL)</b>
Incêndio	40.755
Danos Elétricos	2.500
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	50
Quebra de Máquinas	2.500
Roubo/Furto Mediante arrombamento	200
Despesas extraordinárias	500
Tumultos, Greves, lockout e Atos Dolosos	500
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de veículos e Queda de aeronaves	5.000

**NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS**

O quadro abaixo demonstra os saldos com partes relacionadas:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Copel - Contrato de Compartilhamento RH	229	-
Copel DIS - Energia elétrica	4	-
	<b>233</b>	<b>-</b>

A Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

1. Contrato de compartilhamento de recursos humanos com a Copel;
2. Contrato de O&M com a Copel Geração e Transmissão;
3. Contratação de energia elétrica da Copel Distribuição;
4. Contratação de internet da Copel Telecomunicações.

<b>Curitiba, 15 de março de 2018.</b>	
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	
<b>Alfonso Schmitt</b> Diretor Presidente	<b>Valdenir José Bertaglia</b> Diretor Administrativo-Financeiro
<b>Luiz Fernando Capeloto Macohin</b> Contador - CRC PR-060139-O-8 COPEL Geração e Transmissão	

**PARECER DO CONSELHO FISCAL  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDADAS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores, emitido em 15 de março de 2018, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no Relatório da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 27 de março de 2018.

**Gerson José Gonçalves**      **Edson Augusto Buch**      **Tarcísio Kemper**  
Presidente do Conselho      Membro do Conselho      Membro do Conselho  
Fiscal      Fiscal      Fiscal


**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Conselheiros da  
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A  
Curitiba - PR**

**Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase****Reemissão de relatório**

Em 30 de janeiro de 2018 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir as mudanças de políticas contábeis, descrita na nota explicativa 3.12. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com